

"De Rerum Natura": observações sobre moral epicurista e alguns desdobramentos*

Rita de Cássia Lana

Mestranda em Filosofia da PUC-Campinas/Bolsista CAPES

Apresentarei neste trabalho uma pesquisa sobre algumas noções que estão presentes em dois autores, Tito Lucrécio Caro e David Hume, e que parecem ser de importância para compreendermos algumas características que estão embutidas nos problemas morais, como por exemplo, que princípios estão pressupostos em uma teoria ética ou por que deve existir fundamento teórico válido para que se possa extrair obrigação moral para determinadas ações e comportamentos sociais.

A relevância de se recuperar um texto clássico em suas peculiaridades lingüísticas e conjunturais está na possibilidade de examinar fontes filosóficas que serviram a outras vertentes teóricas posteriores; pois, ao apreciarmos o deslocamento ocorrido por alguns conceitos entre a Antiguidade Clássica e o século XVIII, poderemos observar o que se preservou e o que foi descartado, se ficaram intactos os pressupostos teóricos ou qual alteração sofreram.

Isto nos permite compreender melhor o naturalismo e o empirismo da Idade Moderna e, em última análise, nossos próprios problemas contemporâneos, já que constantemente utilizamos conceitos extraídos de correntes filosóficas do passado para embasar as atuais teorias do conhecimento.

Considero, pois, que com base no texto lucreciano estabelecido por Ernout (responsável pela versão erudita do texto usada em estudos acadêmicos), pode-se realizar um exame de alguns conceitos

* Este trabalho foi originalmente uma comunicação apresentada no 4º Congresso de Filosofia Analítica - "Homenagem a Thomas Kuhn", realizado em Florianópolis/SC, em 1997.

fundamentais para a moral epicurista, buscando problematizar em um segundo momento a apropriação que o empirismo inglês¹ logrou sobre esse corpo teórico; a questão que permanece como pano de fundo desse estudo é o problema da possibilidade de se atingir um conhecimento confiável e passível de ser demonstrado.

Esta consideração sobre os fundamentos do conhecimento é bastante atual, e a única pretensão do presente texto é resgatar posições teóricas dos autores que venham elucidar o caminho percorrido em direção ao ceticismo e suas conseqüências para uma teoria moral.

Sobre a noção de útil e a moral no "De Rerum Natura"

O epicurismo, embora seja uma corrente filosófica nascida na Antiguidade greco-latina, provou e tem provado ser um corpo de idéias de notável fecundidade conceitual e longevidade; e por séculos muitos dos preceitos hedonistas e das idéias defendidas no Jardim têm alimentado o intelecto de outros pensadores e até mesmo servido como ponto de partida para novas investigações filosóficas.

No entanto, em virtude das contingências históricas, muito pouco restou em termos de material escrito pelos fundadores do epicurismo que tenha chegado até nossos dias. Do próprio Epicuro, nada além de cartas, algumas de autoria duvidosa e aforismos registrados por seus discípulos.

Se há algum escrito comprovadamente fidedigno e que se constitua em *corpus* doutrinário de razoável extensão, é a obra de Tito Lucrécio Caro, o "De Rerum Natura"; trata-se de um longo poema, composto de seis livros que abrangem os principais aspectos do pensamento epicurista: a física, a canônica e a ética.

O texto estabelecido na edição erudita de Alfred Ernout,² apóia-se nos manuscritos de Leyden (Oblongus e Quadratus), do século IX, nos fragmentos de Viena e Copenhague e nos manuscritos italianos; essas cópias medievais, segundo pesquisas de estudiosos do assunto, derivam de um suposto manuscrito em latim vulgar, aproximadamente do século VII d.C.

1. Para essa finalidade e dado o espaço restrito desta monografia, limitei o estudo apenas a David Hume, o que não invalida a proposição do trabalho em virtude da representatividade e da influência das teses desse autor.

2. ERNOUT, A. *De La Nature*. Cf. bibliografia deste trabalho.

Por sua vez, este seria uma cópia de um manuscrito em maiúsculas, que se supõe ter sido feita no século IV ou V d.C.

Apesar de lacunas no texto, do extravio de algumas partes do poema, da repetição de versos feita pelo descuido de alguns copistas e da ausência de revisão, sabe-se que esta obra atravessou os séculos relativamente incólume, em comparação com o destino que atingiu outros importantes manuscritos clássicos; de fato, Ernout chega a compará-la aos mais célebres manuscritos em minúsculas como o *Mediceus*, de Virgílio ou o *Ambrosianus*, de Plauto.

Pouco se sabe sobre a vida de Lucrécio, e nada se afirma com certeza; a suposta doença mental da qual padecia, o suicídio presumido, as confusões acerca das iniciais de seu nome com as de um cônsul romano, tudo isso são apenas conjecturas; de concreto, apenas seu poema e o comentário que Cícero³ enviou a seu irmão sobre a obra, observando a arte e o espírito que brotavam do texto.

Supõe-se, pelo *tria nomine* do autor, que fosse patrício; no entanto, ainda que esses dados biográficos sejam pouco exatos, a importância da obra transcende a questão da informação sobre a autoria; e o impacto das idéias contidas em seu bojo é o que nos interessa.

Em conformidade com Epicuro, a quem elogia por diversas vezes ao longo do poema, Lucrécio vê na filosofia um objetivo central: libertar o homem de seus temores e superstições, conduzindo-o a uma serenidade intelectual e espiritual⁴ que superaria as vicissitudes da vida humana.

Este τέλος (telos) do epicurista ressalta que o valor da filosofia repousa no que ela tem de útil. Oferecer respostas aos problemas que afligem os homens no cotidiano, prescindir daquilo que provoque o agitar das paixões e das ambições humanas, suportar os infortúnios apoiado na amizade de outros homens que também busquem essa finalidade, eis o que propõe Lucrécio a Mêmio.

É verdade que há uma versão rasteira das teses de Epicuro, que enfatiza os prazeres sensuais e que constitui a face mais difundida do hedonismo; raramente se encontra uma crítica que ultrapasse essa casca externa da teoria e procure discutir as normas de bem viver com sobriedade de recursos, preconizada pelos hedonistas da Antiguidade.

3. "Lucreti poemata, ut scribis, ita sunt..." CÍCERO, Marco Túlio, apud ERNOUT, A. *De La Nature*. Introduction, p. IX, op. cit.

4. Trata-se da noção de ataraxia, o estado em que se encontraria o sábio após terem cessado as agitações do espírito causadas pelas preocupações mundanas.

Mas a pretensão aqui é ir além desse senso comum sobre o hedonismo e explorar algumas categorias que embasam essa noção de utilidade, qual seja, aquela que Lucrécio assume.

Assim, para convencer Mêmio (e o leitor do poema) das teses epicuristas, Lucrécio apresenta sua compreensão de como funcionam a natureza e o universo, em outras palavras, a sua física.

Nessa cosmologia de Lucrécio, a sua versão do atomismo é apresentada como modelo explicativo para a existência de tudo o que há no universo, para o surgimento dos corpos mais simples e mais complexos que formam a natureza. Tudo o que existe é formado por partículas indivisíveis, que se agregam e se separam, constituindo o universo.

Nada acontece pela vontade dos deuses, mas apenas por efeito de forças naturais; para Lucrécio, os deuses existem, mas habitam os intermundos e são completamente alheios aos homens e ao que ocorre na natureza.

A vida humana é produto da combinação de átomos, que formam tanto a alma quanto o corpo, e que se degeneram destruindo a ambos; assim, nada há após a morte, que é apenas o desagregar atômico do corpo e do espírito, retornando ao mesmo estado pré-nascimento. E da mesma forma, tudo o que existe no universo.

Daí a completa inutilidade da religião, que apenas induziria o homem ao temor e à superstição, o que significa conduzir ao afastamento da verdade, ao erro; pois se a causa dos fenômenos naturais independe de qualquer entidade metafísica, a crença nos deuses não tem utilidade alguma para auxiliar os indivíduos em sua luta pela manutenção da existência. E também está aí a certeza de que o mundo que conhecemos está fadado a desaparecer, destruído por esse movimento incessante dos átomos, que tendem a se degenerar.

Encontramos aqui um primeiro ponto de sustentação para a ética epicurista. Se a vida se reduz ao que conhecemos durante nossa permanência no mundo, se após a morte nada subsiste além de átomos, o sentido da vida não pode estar senão na existência material.

Lucrécio não chega a dizer que não há uma causa última no universo; o que ele recusa é a possibilidade de existir uma causa final para a humanidade.

Ele assim se expressa sobre o assunto:

“Imaginar que o interesse dos mortais guiou os deuses na criação do mundo, ao que parece é se desviar para bem longe da verdade. Eu, mesmo que ignorasse

quais são os princípios das coisas, ousaria contudo, pelo simples estudo dos fenômenos celestes e sobre outros fatos ainda, sustentar e demonstrar que o mundo não foi feito em absoluto para nós por uma vontade divina: tanto se apresenta corrompido por defeitos".⁵

Nesse trecho, Lucrécio nos dá o exemplo da via pela qual podemos conhecer verdadeiramente as coisas: a observação escorada pelo intelecto e pela doutrina epicurista. E para explicar o surgimento do universo, Lucrécio oferece a noção de acaso.

Quanto à questão da liberdade em Lucrécio, ela está atrelada a uma identificação entre acaso e necessidade. Conforme a explicação lucreciana, a forma pela qual acontecem os movimentos dos átomos explica também os movimentos de todos os corpos. O poeta explica que se os átomos não se desviassem⁶ ligeiramente em sua trajetória ao cair, não se dariam os choques que produzem tudo o que existe no universo; conseqüentemente, trata-se de um movimento necessário para explicar a existência do mundo e de tudo o que há nele.

No entanto, Lucrécio afirma que esse movimento é fruto do acaso, estabelecendo essa identidade entre o que é aleatório e imprevisível e aquilo que não pode ser de outra forma, ou seja, *há uma necessidade de que as coisas aconteçam na natureza por acaso*.

É sabido que, ao contrário de outras escolas filosóficas, os epicuristas desprezavam o conhecimento que não apresentasse utilidade prática; sabe-se inclusive que o próprio Epicuro não considerava ser necessário o aprendizado da matemática e da geometria se isto não resultasse em algo útil para o indivíduo solucionar seus problemas de sobrevivência e bem-estar. A pura especulação sem finalidade prática era desaconselhada pelo epicurismo. Lucrécio então

5. "Quorum ominia causa constituisse deos cum fingunt, ominibú'rebus magno opere a uera lapsi ratione uidentur. Nam quamuis rerum ignorem primordia quae sint, hoc tamem ex ipsis caeli/rationibus ausim confirmare, aliisque ex rebus reddere multis, nequaquam nobis diuinitus esse creatam naturam mundi: tanta stat praedita culpa." LUCRÉCIO. *De Rerum Natura*. Livro II, versos 174 - 181. Cf. bibliografia.

6. O chamado *clinámen*, ou "declinação", que os átomos sofreriam em seu movimento no éter e que os levaria a se agregarem.

parece desejar reabilitar os conhecimentos de física atribuindo-lhes uma utilidade: dissipar os terrores religiosos e o medo da morte⁷ e fortalecer o homem moralmente perante as agruras da existência material.

Distinguir a verdadeira causa dos fenômenos, compreendendo que nada é eterno, além dos átomos que compõem os corpos e aceitar serenamente a existência material buscando evitar a dor e alcançar a paz espiritual, eis a relação proposta por Lucrécio entre a física e a ética, que é marcadamente *φρονησις* (*phronesis*), norma prática prudencial para a vida humana.

Parece que o mais interessante a observar nessa teoria é a associação, ou até mesmo a correspondência entre a noção de acaso e de necessidade; o nexos entre causa e consequência é *necessariamente casual*; cabe aqui um parêntese para uma rápida lembrança sobre o que dirá Hume acerca do problema da relação causa e efeito: “É o costume e não outra coisa que leva os animais a inferir, de cada objeto que lhes impressiona os sentidos, o seu acompanhante usual, e conduz a sua imaginação, pelo aspecto de um deles, a conceber o outro dessa maneira particular que denominamos *crença*” (grifo do autor).⁸

Também cumpre lembrar que justamente essa noção de desvio ou declinação é o aspecto mais criticado da teoria lucreciana, pois de outra maneira não haveria como explicar o surgimento do universo.

Mas apesar dessas estreitas conexões entre a física e a ética, em alguns pontos de seu texto o poeta deixou de explorar as consequências de suas proposições até o fim; o exemplo que utilizaremos aqui é o de como (na opinião de Lucrécio), nossos sentidos apreendem os fenômenos e dos possíveis enganos a que estamos sujeitos por causa dessa maneira de perceber o mundo e seus acontecimentos.

Lucrécio fala-nos a respeito dos simulacros (*εἰδολο*/*eidolon*), os quais se desprendem dos corpos e impressionam nossos sentidos; e explica como podem se chocar diferentes simulacros ou imagens, como surgem as ilusões de óptica etc. No entanto, para ele os sentidos não se enganavam; o erro era cometido pelo espírito;⁹ não se podendo atribuir aos olhos por exemplo, o erro cometido pelo intelecto. Essa afirmação abre uma lacuna na teoria lucreciana do conhe-

7. Para Lucrécio, o temor da morte era um dos principais motivos que conduzia à agitação das paixões e da ambição, como forma de afirmar a vida diante da ignorância das verdadeiras causas do universo.

8. HUME, D. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Seção IX, parágrafo 84. Cf. bibliografia.

9. LUCRÉCIO. op. cit. Livro IV, versos 380 - 386.

cimento para que os céticos critiquem a sua explicação do mundo e dos fenômenos, pois se não há segurança na percepção advinda dos sentidos, nada se pode conhecer com certeza absoluta, o conhecimento não é algo passível de demonstração cabal.

A isto Lucrécio respondia que se o cético dizia nada saber, então nem isto ele poderia afirmar, ou seja, se podia ou não saber, uma vez que afirmava nada saber.¹⁰ Esta questão sobre a possibilidade do conhecimento confiável evoluiu desde então, e vamos encontrá-la no coração da filosofia empirista de Hume, que é nosso próximo ponto de análise neste trabalho.

Empirismo, ceticismo e ética

Séculos mais tarde, David Hume fará sua apreciação das teses epicuristas; e embora tenha recuperado e ampliado o papel da utilidade para a moral, sua fundamentação é bastante diferente daquela de Lucrécio.

Para Hume, o conhecimento pelos sentidos não é responsável pela produção de conhecimento confiável e livre de enganos. A experiência para ele não implicava a produção de exatidão ao conhecer, nem de um saber que pretenderia atingir o *status* de episteme. Segundo o autor, "Parece evidente que, se todas as cenas da natureza fossem constantemente mudadas, de tal modo que não houvesse dois acontecimentos semelhantes um ao outro, mas cada objeto fosse inteiramente novo, sem nenhuma parecença com o que quer que tivesse sido visto antes, *nunca chegaríamos a conceber a menor idéia de necessidade ou de uma conexão entre esses objetos*".¹¹

Certamente, se Hume desprezou a física e a canônica de Lucrécio, o mesmo não fez com os ensinamentos éticos dos epicuristas.

Apesar de ter escrito um ensaio chamado "O Epicurista",¹² além de outros ensaios que se referem a doutrinas de escolas filosóficas greco-latinas, Hume é mais explícito sobre sua adesão à utilidade como critério moral em outra obra,¹³ *Uma investigação sobre os princípios da moral*.

10. Vide os versos citados na nota anterior, e também os versos 470-477.

11. HUME, D. Op. cit., pág. 166, seção VIII, parágrafo 64.

12. Cf. bibliografia ao final deste trabalho.

13. E cita vários epicuristas como exemplo. Vide a referência bibliográfica completa no final deste trabalho.

A grande divergência entre Hume e modelos explicativos como o de Epicuro está colocada no terreno da fundamentação do conhecimento; para Hume, o campo da ética e a matéria moral não constituem objeto de escrutínio para o entendimento racional. Em seus "*Ensaios Morais, Políticos e Literários*", ele diz: "Os princípios morais não estão no mesmo caso que os princípios especulativos de qualquer espécie" (p. 326, *Do Padrão do Gosto*)¹⁴ e completa: "A Moral e a Crítica são, propriamente, menos objetos de entendimento que de gosto e sentimento".¹⁵

De fato ele se aplica a demonstrar por que a razão não tem como levar a cabo a tarefa de buscar o melhoramento ético do homem ou fundamentar essa busca. A moral é matéria de sentimento e gosto, como ele diz ao final da *Investigação sobre o entendimento humano*.¹⁶

Hume coloca sua investigação sobre a moral no campo do empírico; é observando o comportamento dos homens, comparando os casos particulares e extraindo disso regras gerais, que obteremos algum sucesso em produzir conhecimento no campo da ética. Ainda que na opinião do autor haja pouco mérito em se buscar princípios universais para a ética; como ele mesmo diz: "é inegavelmente muito pequeno o mérito de estabelecer em ética autênticos preceitos gerais. Quem recomenda quaisquer virtudes morais na realidade não faz mais do que o que está implicado nos próprios termos".¹⁷

Deve-se notar que esse conhecimento possui o estatuto de convicção, de verossimilhança; ou seja, acreditamos que é assim, mas não possuímos maneira de provar cabalmente.

Aqui aparece de forma explícita a divergência entre a teoria do conhecimento de Hume e as teses de Lucrécio, pois se para o último a identificação de acaso e necessidade era condição *sine qua non* para o funcionamento da física epicurista, para o primeiro nada garante sequer que possamos demonstrar a existência de causas efetivas. Assim diz Hume:

"... nossa idéia de necessidade e causação provém inteiramente da uniformidade que se pode observar nas operações da natureza, onde objetos semelhantes aparecem constantemente juntos e o intelecto é levado

14. HUME, D. Cf. bibliografia.

15. HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. p.202.

16. Idem, p.202.

17. HUME, D. "*Ensaios Morais, Políticos e Literários*", p.318.

pelo costume a inferir um deles do aparecimento do outro. Nestas duas circunstâncias consiste toda aquela necessidade que atribuímos à matéria. Além da conjunção constante de objetos similares e da consequente inferência de um a outro, não temos a menor noção de qualquer necessidade ou conexão".¹⁸

Sua argumentação contra a maneira indutiva de tentar alcançar a verdade última sobre as coisas foi tão devastadora que acabou por conduzir o próprio autor a uma busca de condições para sustentar satisfatoriamente as teses morais que defendia.

Não se deve desprezar, portanto, a própria contemporização que Hume faz :

"E contudo, devo confessar que esta enumeração coloca o assunto em uma perspectiva tão iluminadora que não posso, presentemente, estar mais seguro de qualquer verdade à qual chego pelo raciocínio e pela argumentação de que estou sobre o fato de que o mérito pessoal consiste inteiramente no caráter útil ou agradável das qualidades, seja para a pessoa que as possui, seja para os outros que têm algum relacionamento com ela. Mas quando reflito que, embora se tenha medido e delineado o tamanho e a forma da Terra, explicado os movimentos das marés, submetido a ordem e a organização dos corpos celestiais a leis que lhes são peculiares, e reduzido o próprio infinito a um cálculo, ainda persistem as disputas entre os homens relativas ao fundamento de seus deveres morais; quando considero isto, eu dizia, volto a cair na desconfiança e no ceticismo, e a suspeitar que, se fosse verdadeira esta hipótese tão óbvia, ela teria já há muito tempo recebido o sufrágio e a aceitação unânimes da humanidade".¹⁹

Tentando salvaguardar um mínimo racional para o campo da ética, propõe que os sentimentos e o gosto sejam auxiliados pela razão

18. HUME, D. Op. cit., p.166, seção VIII, parágrafo 64.

19. HUME, D. *Uma Investigação Sobre Os Princípios Da Moral*. Seção XIX, Conclusão, parte I, p. 164.

para decidir problemas morais; para tanto Hume se reporta a diversos autores²⁰ da Antigüidade Clássica além de Lucrecio.

Conclusão

Na introdução deste trabalho, propusemos um resgate do percurso filosófico sobre alguns conceitos próprios da corrente epicurista, e sobre como Hume apropriou-se da noção de utilidade para critério moral, descartando com seu empirismo e ceticismo a física e a canônica próprias de Epicuro e Lucrecio.

Portanto, em primeiro lugar note-se que dados todos os avanços tecnológico-científicos contemporâneos, muito pouco da física e da canônica lucreciana resiste; já à época de Hume era assim, e hoje são apenas os preceitos éticos, em sua sabedoria prática, que sobrevivem, talvez porque respondam a questões centrais para a humanidade.

Nesse sentido, não causa estranheza que tenha sido justamente a ética tão fecunda; os avanços tecnológico-científicos que derrubaram as idéias de Epicuro e Lucrecio sobre como entender o universo foram incapazes de responder a questões como: o que é viver bem ? Qual é o sentido da existência humana? Quais são os deveres do homem?

Estas questões acompanham a humanidade desde tempos imemoriais e há uma resposta positiva para elas em Lucrecio; podemos discordar da resposta, mas não podemos negar que ela exista. Esta resposta é o epicurismo, conforme já foi descrito neste trabalho.

Em segundo lugar, quanto à fundamentação, o não-cognitivismo, em que pesem todos os desdobramentos que possam advir dele, não tem nenhum efeito mais devastador do que sobre a ética, pois se tudo é opinião (*δοξα*) e hábito em matéria de moral, mesmo a tentativa de socorro que Hume intenta não constitui base suficiente para sustentar uma ética utilitarista, ou qualquer outra ética que tenha pretensões de validade universal, pois a própria possibilidade de um conhecimento confiável está em jogo, por meio da crítica ao método indutivo.

O problema pode ser descrito da seguinte forma: se de premissas particulares não se pode extrair conclusões universalizáveis, com pretensões de certeza e racionalidade e, segundo o autor, a moral é

20. Entre outros, Cícero e Horácio.

matéria de hábito, produto da contínua observação de comportamentos particulares, como fica a tentativa de fundamentar a ética com base na razão, de lhe outorgar um estatuto epistêmico? O critério de utilidade parece resultar muito frágil diante de uma teoria do conhecimento nos moldes de Hume.

Mesmo tentativas contemporâneas de recuperar alguma validade racional para o método indutivo, sejam elas conforme Carnap ou mesmo Reichenbach, acabam transferindo o problema para outro patamar, sem obter solução satisfatória, como bem apontou Popper; pois enquanto Reichenbach propõe a racionalidade da indução como método de validação, Popper afirmará a inexistência de justificativa racional ou de qualquer função lógica para o método indutivo, já que, conforme sua teoria, o contexto da descoberta possui um aspecto especulativo, tentativo, prescindindo da inferência indutiva.

E quanto à justificação última, ela não existe com relação às hipóteses científicas, já que o teste para falsear uma teoria apóia-se em regras lógicas dedutivas.

Finalizando, o que parece ser oportuno questionar aqui é o quanto se perde ou se ganha, em termos de confiabilidade para as teorias éticas, quando nos deparamos com uma teoria moral *more Hume* (que se inscreve em uma teoria do conhecimento em franca abertura para o ceticismo); abrir mão da racionalidade como condição para fundamentar a moral, em favor de sentimentos morais (a)racionais não representa uma abertura em direção ao irracionalismo, por mais que se queira colocar o princípio de utilidade como freio?

Aliás, caberia aqui uma pergunta: sem a pretensão de validade universal ainda podemos falar em moral? E neste caso, ou seja, se admitirmos que podemos, de onde vamos extrair obrigatoriedade para recomendar a ação ou autoridade para penalizar os atos indevidos? O empirismo/naturalismo de Hume não parece responder a essas perguntas de modo consistente.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, José A. Esmeraldo e MOREIRA, Rui V. Moreira. *O problema da indução: o cisne negro existe*. Fortaleza: Edição dos Autores, 1993.
- BRUN, Jean. *O epicurismo*. Tradução portuguesa de Rui Pacheco. Lisboa: Edição 70, 1987.

- CONTE, Gian Biagio. "Insegnamenti per un lettore sublime: forma de testo e forma de destinatário nel De Rerum Natura di Lucrezio". In: *Generi e Lettori. Lucrezio, L'Elegia D'Amore, L'Enciclopedia di Plinio*. Milano: Arnoldo Mondadori, 1991.
- DUVERNOY, Jean-François. *O epicurismo e a sua tradição antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FARRINGTON, Benjamim. *A doutrina de Epicuro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FERNANDEZ-GALIANO, Manuel. "Epicuro y su jardín". In: Camps Victoria (Ed.). *História de La Ética - De los Gregos Al Renacimiento*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988. 3v.
- FLEW, A. G. N.. "Hume". In: O'CONNOR, D. J. (Comp.). *História Crítica De La Filosofia Occidental*, Tomo V: El Empirismo Inglês. Barcelona: Ediciones Paidós, 1982.
- GENTILI, B. et alii. "Filosofia e 'poesia didascalica': letteratura scientifica e tecnica". In: *Storia della Letteratura Latina*. Roma, Bari: Laterza, 1990.
- HIRSCHBERGER, Johannes. *História da filosofia na Antiguidade*. Tradução de A. Corrêa. São Paulo: Editora Herder, 1969.
- HUME, David. "An enquiry concerning the principles of morals/Essays on moral and political". In: Hume, David. *Hume's Moral and Political Philosophy*. New York: Hafner Press, 1948.
- _____. "Ensaio morais, políticos e literários". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1985.
- _____. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- LUCRÉCIO. *Da natureza*. Tradução portuguesa de Leitão, A. J. L. São Paulo: Edição Cultural, 1.941.
- _____. *De la nature*. Edição bilingüe latim - francês com texto compilado e estabelecido por ERNOUT, Alfred. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1984. 2v.
- _____. "Da natureza". Tradução de Silva, A. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea*. São Paulo: EDUSP, 1977.